



Proc: \_\_\_\_\_ Fls: \_\_\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_

## Setor de Licitações

### EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº 90029/2026

**CONTRATANTE (UASG: 985821)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

#### **OBJETO**

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas), destinados aos servidores municipais que atuam nas Secretarias Municipais de Saúde, Cultura e Turismo, Esportes, Certames e Lazer, Educação e Viação e Transportes e Obras e Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

#### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$154.980,00 (cento e cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta reais)

#### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 06/05/2026 às 13h (horário de Brasília)

#### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço Global

#### **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

#### **TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim

#### **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

Não

**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026**

**Sumário**

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	18
12. DOS RECURSOS .....	18
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	22
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22

**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026**

Processo Administrativo nº 171/2026

UASG: 985821

Torna-se público que a Fundo Municipal de Saúde, por meio do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Cantagalo, sediado na Rua Vereador Francisco Eugênio Vieira, 300 - Sala 101, Centro, Cantagalo - RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos nº 3.982/2023 e Decreto nº 4.131/2024, Portaria Municipal nº 9.980/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas), destinados aos servidores municipais que atuam nas Secretarias Municipais de Saúde; Cultura e Turismo; Esportes, Certames e Lazer; Educação e Viação e Transportes e Obras e Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em um único item conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PRATOS COMERCIAIS PRONTOS (QUENTINHA)	UND	5.166	R\$ 30,00	R\$ 154.980,00

1.3. O detalhamento dos quantitativos e demais itens que compõem o objeto se encontram descritos no Termo de referência.

1.3.1. Os licitantes deverão atentar-se somente às descrições contidas no Termo de Referência, Anexo I do edital, para elaborarem suas propostas, pois as descrições dos CATMAT's nem sempre são totalmente compatíveis com o solicitado

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A licitação será de ampla concorrência.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, o e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.12 Pessoas físicas;

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.4 e 3.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026**

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

5.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026**

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,10 (dez) centavos.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 7.11. Para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2 empresas brasileiras;

7.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

### 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

### Habilitação Jurídica

9.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

9.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.1.7 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.1.8 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.9 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.10 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.1.11 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.12 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.13 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.14 Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

9.1.15 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.1.16 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

9.1.17 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.1.18 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026**

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$

LC =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.1.19 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

9.1.20 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.1.21 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.1.22 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.1.23 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe;

**Qualificação Técnica**

9.1.24 A Contratada deverá ser empresa especializada na preparação e fornecimento de refeições, sendo classificada no CADASTRO NACIONAL DE ATIVIDADE EMPRESARIAL – CNAE, no CÓDIGO 56.11-2-01 – RESTAURANTE E SIMILARES;

9.1.25 A Contratada deverá apresentar Alvará expedido pela Vigilância Sanitária do Município.

**Declarações**

9.1.26 Declaração Conjunta;

9.1.27 Declaração de ME – EPP;

9.1.28 Termo de Ciência e Concordância.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documentos digitais.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026**

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.9.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.11.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

9.11.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.11.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.12. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva,

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - 12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.cantagalo.rj.gov.br](http://www.cantagalo.rj.gov.br).

## 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
  - 13.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6 fraudar a licitação;

13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Cantagalo-RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

13.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@cantagalo.rj.gov.br](mailto:licitacao@cantagalo.rj.gov.br).

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

15.8. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026**

15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.cantaga.rj.gov.br](http://www.cantaga.rj.gov.br).

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.12.1 Anexo I - Termo de Referência;

15.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

15.12.1.2. Anexo I do T.R - Quantitativo de refeições, local de entrega e período da solicitação de cada secretaria.

15.12.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

15.12.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

15.12.4 Anexo IV – Modelo de Proposta;

15.12.5 Anexo V – Declaração Conjunta;

15.12.6 Anexo VI – Declaração de ME – EPP;

15.12.7 Anexo VII – Regras Aplicáveis ao Instrumento Convocatório;

15.12.8 Anexo VIII – Termo de Ciência e Concordância.

Cantagalo-RJ, 07 de abril de 2026.

**Carlos Alexandre Marques da Silva**

Matrícula.: 1841-4

Portaria 9.984/2024

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**TERMO DE REFERÊNCIA  
AQUISIÇÃO DE PRATOS COMERCIAIS PRONTOS**

**1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1-Aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas), destinados aos servidores municipais que atuam nas Secretarias Municipais de Saúde; Cultura e Turismo; Esportes, Certames e Lazer; Educação e Viação e Transportes e Obras e Serviços Públicos.

Os Pratos Comerciais Prontos deverão ser fornecidos durante o exercício de 2026, em datas previamente programadas ou em caráter emergencial, nos turnos de almoço e/ou jantar, conforme demanda. A entrega deverá ocorrer em locais determinados pela administração municipal, abrangendo a sede do município, os distritos e a zona rural.

Os Pratos Comerciais Prontos devem ser acondicionados em embalagens adequadas, que garantam a conservação térmica e a integridade dos alimentos durante o transporte e a entrega. A logística de entrega será de inteira responsabilidade da contratada.

Cada órgão demandante designará servidor responsável pelo acompanhamento, fiscalização e inspeção do fornecimento dos pratos comerciais prontos, conforme disposições da legislação vigente e do contrato administrativo a ser firmado.

1.2- O fornecimento do objeto deverá estar em conformidade com as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência;

1.3- O objeto desta contratação se enquadra aos conceitos legais de Serviços Comuns de acordo com o art.6º da Lei nº 14.133/ 2021 e, com base no Decreto Municipal Nº 3.984/2023, art.2º incisos I e II;

**1.4- DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QTD. 1º DISTRITO - SEDE	QTD. 04 DISTRITOS - ZONA RURAL	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PRATOS COMERCIAIS PRONTOS (QUENTINHA)	Grupo 632 Serv.3697	UND	1.619	3.547	5.166	R\$ 30,00	R\$ 154.980,00

**1.5- OPÇÃO DE CARDÁPIO**

OPÇÃO DE CARDÁPIO	COMPOSIÇÃO
<b>TIPO 1</b>	Mix de salada verde (alface lisa/crespa ou agrião ou rúcula ou almeirão); Molho para salada; Carne vermelha (frita ou assada ou cozida), devendo conter acompanhamentos; Arroz branco e feijão.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

<b>TIPO 2</b>	Mix de salada de legumes (cenoura, chuchu, vagem, brócolis, couve-flor, beterraba, batata, etc); Molho para salada; Carne branca (frita, grelhada, cozida), devendo conter acompanhamentos; Arroz branco e feijão.
<b>TIPO 3</b>	Mix de salada verde (alface lisa ou crespa, agrião, rúcula, almeirão, etc) OU Mix de salada de legumes (cenoura, chuchu, vagem, brócolis, couve-flor, beterraba, batata, etc); Massa com molho branco ou vermelho; Carne branca ou vermelha, cozida; Molho para salada.

1.5.1- Os Pratos Comerciais Prontos deverão atender aos parâmetros de qualidade e segurança alimentar definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

1.5.2- Cada prato (porção individual) deverá apresentar valor energético mínimo de 600 kcal, considerando as necessidades médias diárias de adultos saudáveis (homens e mulheres), conforme preconizado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde).

- A composição nutricional mínima por refeição deverá observar o seguinte padrão:
- Carboidratos: entre 50% e 60% do valor calórico total da refeição;
- Proteínas: entre 15% e 20% do valor calórico total;
- Lipídeos totais: até 30% do valor calórico total, limitando-se a gorduras saturadas em no máximo 10%;
- Sódio: limite máximo de 800 mg por refeição;
- Fibras alimentares: mínimo de 5 g por refeição.

1.5.3- A contratada deverá garantir o equilíbrio nutricional dos cardápios, evitando excesso de sal, gorduras e açúcares, priorizando preparações assadas, grelhadas ou cozidas, e o uso de alimentos *in natura* ou minimamente processados, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde.

## 2- PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ PRORROGAÇÃO/ REAJUSTE

2.1- Vigência Contratual : O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano;

2.1.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, por igual período, desde que seja comprovada a manutenção de preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

## 3- DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 3.1- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.1-A aquisição do objeto é essencial para o suporte dos profissionais plantonistas 24 horas, para que não precisem se ausentar da Unidade de Saúde, primando pelo atendimento imediato aos usuários em casos de emergência e no caso das Campanhas e Ações, quando estas acontecem durante todo o dia, tanto na Sede do Município, quanto nos Distritos, para que os profissionais possam estar presentes o maior tempo possível, para perfeito atendimento aos

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

municípios, oferecendo orientações e informações importantes para a melhoria da saúde e qualidade de vida;

3.1.2- A estimativa das quantidades solicitadas do objeto foram definidas baseando-se principalmente em memória de cálculo;

### **3.2 -SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**

3.2.1 - Para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a aquisição de pratos comerciais prontos torna-se necessária, para atender servidores e colaboradores que atuam diretamente na organização e execução de eventos promovidos pela mesma, tais como Festa dos Padroeiros, Carnaval, Festa dos Carecas, Galo Bier Fest, Aniversário da Cidade, Encontro das Bandas e também para Equipe de montagem de Tablados, e eventuais convidados. Desta forma, tal aquisição irá garantir o adequado suporte nutricional aos servidores envolvidos.

### **3.3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

3.3.1- Para Secretaria Municipal de Educação, a disponibilização de pratos comerciais prontos se faz necessária para atender servidores e colaboradores que atuam diretamente na organização e execução de eventos promovidos pela Secretaria, tais como Arraial da Educação, Desfile Cívico, FLICAN e demais atividades culturais e pedagógicas, Ressalta-se que esses profissionais permanecem longos períodos em dedicação contínua, muitas vezes sem possibilidade de se ausentar do local de trabalho para realizar suas refeições, sendo essencial garantir condições adequadas de alimentação para a manutenção de sua saúde, bem-estar e desempenho das atividades

Da mesma forma, justifica-se o fornecimento de quentinhas para Palestrantes, formadores e visitantes que se deslocam de outros municípios para participarem de eventos, cursos, capacitações e palestras organizadas pela Secretaria Municipal de Educação e CEDERJ. Essa medida assegura acolhimento da programação, reforçando o compromisso da gestão com a qualidade dos serviços oferecidos e com o fortalecimento das ações educativas e culturais realizadas em benefício da comunidade.

3.3.2- O quantitativo foi estimado através do número de profissionais que trabalharam em eventos anteriores, levando em consideração as variações que costumam ocorrer nos diferentes eventos realizados;

### **3.4 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CERTAMES E LAZER**

3.4.1 - Para a Secretaria Municipal de Esportes, Certames e Lazer, a disponibilização de pratos comerciais prontos (quentinhas) mostra-se necessária para atender árbitros, equipe de apoio e demais funcionários durante a realização dos eventos esportivos promovidos pela mesma ao longo do ano. Tais eventos exigem longos períodos de permanência nos locais de realização, impossibilitando o deslocamento dos profissionais para realizar suas refeições em outros ambientes. Dessa forma, a oferta de alimentação adequada visa assegurar o bem-estar dos envolvidos e garantir o pleno desempenho de suas atividades.

3.4.2- O quantitativo foi estimado através do número de profissionais que trabalharam em eventos anteriores, levando em consideração também, o aumento do número de eventos programados para 2026.

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.4.3- É importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Esportes foi recentemente **desmembrada da Secretaria de Turismo no exercício de 2025**, motivo pelo qual não dispõe de empenhos próprios, referentes ao consumo de refeições prontas no ano de 2024 e 2025, para a comprovação do quantitativo. Desta forma, o quantitativo de quentinhas destinadas às programações esportivas, demonstrados através de empenho, encontra-se registrado no escopo da Secretaria de Turismo.

Será adotada como metodologia de cálculo, quando o empenho for único, a apuração em percentual das refeições adquiridas pela antiga Secretaria de Turismo, correspondentes às demandas esportivas efetivamente realizadas.

Esse critério de proporcionalidade assegura maior fidedignidade à previsão de consumo, alinhando-se ao histórico de programações esportivas executadas, além daquelas previstas para 2026 e garante maior precisão no planejamento da presente contratação.

### **3.5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

3.5.1 - Para a Secretaria Municipal de Viação e Transportes, a contratação do serviço é necessária para atender as demandas operacionais, especialmente em situações emergenciais ou que exijam mobilização rápida de pessoal, assim como casos de falha mecânica ou panes de veículos oficiais. Além disso, o serviço será fundamental para a organização e execução de eventos promovidos por esta e por outras secretarias, conforme escalas previamente definidas e divisão de equipes por turnos ou áreas de atuação.

3.5.2 - Diante do fato de que a referida Secretaria não tem em seu histórico, a contratação do objeto em questão, a estimativa do quantitativo foi definida através de possíveis situações emergenciais, que poderão ocorrer nos finais de semana e feriados, sendo necessário acionar os servidores para a execução do serviço, que será feito de acordo com escala;

### **3.6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

3.6.1 A presente aquisição de pratos comerciais prontos (quentinhas) destina-se ao atendimento dos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos que atuam em serviços externos e contínuos de interesse público, tais como manutenção viária, limpeza urbana, pequenos reparos em bens públicos e demais atividades essenciais ao bom funcionamento da cidade, do 1º ao 5º distrito de Cantagalo-RJ.

O fornecimento das refeições justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores, evitando o deslocamento durante a jornada para realização de suas refeições, garantindo, assim, maior produtividade, eficiência e continuidade dos serviços. Além disso, a disponibilização das quentinhas cumpre a função de preservação da saúde, bem-estar e dignidade dos trabalhadores, em consonância com os princípios da administração pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal, notadamente o princípio da eficiência.

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.6.2 - O quantitativo de quentinhas foi definido com base nas aquisições anteriores (2025), com uma margem de segurança de 25%.

### **4- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)**

4.1- Fundamentação no Estudo Técnico Preliminar (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

### **5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

5.1- A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de pratos comerciais prontos (quentinhas), destinados aos servidores municipais que atuam em regime de plantão, em jornadas extraordinárias, em eventos institucionais ou em situações emergenciais, abrangendo diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Cantagalo/RJ.

5.2- A preparação das refeições deverá ser executada em estabelecimento licenciado e fiscalizado pelos órgãos de Vigilância Sanitária, passando pelo correto acondicionamento em embalagens térmicas individuais e descartáveis, até a entrega nos locais previamente indicados pela Administração, incluindo áreas urbanas, distritais e de difícil acesso. Durante toda a execução contratual, o fornecedor deverá garantir padrões adequados de qualidade, higiene e segurança alimentar, bem como cumprir integralmente as legislações sanitárias vigentes.

5.3- O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, no procedimento auxiliar de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

5.4- A garantia do objeto deve se vincular à observância integral das responsabilidades do fornecedor estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e pela legislação aplicável.

5.5- Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

### **6- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1- Qualificação técnica ( conforme art. 67, Lei nº 14.133/2021)

6.1.1- A Contratada deverá ser empresa especializada na preparação e fornecimento de refeições, sendo classificada no CADASTRO NACIONAL DE ATIVIDADE EMPRESARIAL – CNAE, no CÓDIGO 56.11-2-01 – RESTAURANTE E SIMILARES

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

6.1.2- A Contratada deverá apresentar Alvará expedido pela Vigilância Sanitária do Município;

### **7- ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO ( art. 40, § 1º, II da Lei nº 14.133/2021)**

7.1- As refeições deverão ser entregues nos locais previamente definidos pelas Secretarias Municipais solicitantes, abrangendo a sede do município e os distritos, inclusive áreas rurais e de difícil acesso.

7.2- A contratada deverá disponibilizar , **no dia anterior à entrega das refeições, a opção de cardápio prevista na tabela do item 1.5** deste Termo de Referência aos servidores beneficiários.

7.3- O fornecimento, para todas as Secretarias, deverá ocorrer conforme cronograma pré estabelecido ou demanda emergencial, incluindo finais de semana, feriados e turnos noturnos sempre que solicitado, de acordo com as tabelas descritas no ANEXO 1 deste Termo de Referência;

7.4- Os pratos comerciais deverão ser servidos quentes, acondicionados em embalagens térmicas descartáveis (tipo “quentinha”), seladas e individuais, devendo ser transportadas em embalagens isotérmicas apropriadas, prontas para o consumo imediato.

7.5- **O fornecimento do almoço** deverá ser realizado entre as 11:30h e 12:30h e o jantar entre as 18:30h e 19:30h;

7.6- O transporte e a logística de distribuição são de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo garantir que os alimentos cheguem em perfeitas condições de higiene, temperatura e conservação.

7.7-O prazo de entrega deverá observar rigorosamente os horários estabelecidos, a fim de garantir a manutenção da qualidade nutricional e a segurança alimentar.

7.8-Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo estar solucionado o fato, impreterivelmente no próximo fornecimento, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º);

7.9-Não será admitida a subcontratação, na elaboração das refeições referentes às entregas no 1º Distrito de Cantagalo, sede do Município;

7.10 – Em razão da distância entre o distrito sede de Cantagalo e os demais distritos, bem como visando manter a qualidade da refeição a ser servida, é permitida a subcontratação na elaboração dos pratos comerciais referentes aos distritos localizados na zona rural do Município, como demonstrado no ANEXO 1 deste Termo de Referência.

### **8- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

8.1- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas elencadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021;

8.2- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021;

8.3- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim;

8.4- A execução do contrato deverá produzir seus efeitos como:

8.4.1- Na execução do contrato, a contratada deverá fornecer os produtos nos locais indicados, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

### **9- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ( art. 6, XXIII, f, da Lei 14.133/2021)**

9.1- Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar desde a execução até a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados;

9.2- Deverão ser designados, no contrato, representantes distintos de cada Secretaria, que atuarão como fiscais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.3- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **10- DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO ( art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)**

10.1- Serão considerados, para efeito de pagamento, os produtos efetivamente entregues pela Contratada e aprovados pelo responsável pela fiscalização da execução do contrato;

10.2- O pagamento dos produtos fornecidos será efetuado, mensalmente, mediante a apresentação, por parte da contratada, dos tickets cedidos pelo setor demandante a seus funcionários beneficiários das refeições;

10.3- Feita a conferência dos referidos tickets por parte do responsável pela fiscalização da execução do contrato, será autorizada a emissão da Nota Fiscal, sendo então considerada essa data como a data de adimplemento, devendo então o pagamento ser realizado em até 30 (trinta) dias;

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.4-Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5- A empresa deverá emitir a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.6- A empresa deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e pela gestão.

10.7-Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.8-Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.8.1- o prazo de validade;

10.8.2- a data da emissão;

10.8.3- os dados do contrato e do órgão contratante;

10.8.4- o período respectivo de execução do contrato;

10.8.5- o valor a pagar; e

10.8.6- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.9- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.10- A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.11- A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

10.12- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.13- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.14- Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.15- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.16- O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021.

10.17- Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

10.18- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.19- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.20- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.20.1- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.21- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.22- Caberá às Secretarias Municipais de Educação; Esportes, Certames e Lazer; Obras e Serviços Públicos e Viação e Transportes , informarem ao Fundo Municipal de Saúde, quaisquer eventos que por ventura possam impedir o pagamento dos serviços, para que possam ser tomadas as precauções cabíveis.

### **11- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR ( art. 6, XXIII, h , da lei 14.133/2021)**

11.1- O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, no procedimento auxiliar de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL;

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.2- O fornecimento do objeto será parcelado;

11.3- Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1-Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.2- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.3.3-Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.4-Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

11.3.5-Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.6-Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.3.7-Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.3.8-Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.3.9-Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.3.10-Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.11-Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.12-Prova de inscrição Estadual / Distrital no cadastro de contribuintes, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.13-Prova de regularidade Estadual / Distrital com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.14-Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais / Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.3.15-O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

11.3.16-Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.3.17- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1(um), obtidos por meio de aplicação das seguintes fórmulas:

LG= Ativo Circulante + Realizável a longo Prazo

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG= Ativo Total

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC= Ativo Circulante

---

Passivo Circulante

11.3.18 - Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1(um), em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC),

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

será exigido para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

11.3.19- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escritura Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.3.20-As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

11.3.21- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado na área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.3.22-Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

## 12- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ( art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

12.1- O custo estimado da contratação é de R\$154.980,00 ( Cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e oitenta reais ), de acordo com pesquisa realizada no Banco de Preços.

DESCRIÇÃO	UND	QTD. 1º DISTRITO - SEDE	QTD. 04 DISTRITOS - ZONA RURAL	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
PRATOS COMERCIAIS PRONTOS (QUENTINHA)	UND	1.619	3.547	5.166	R\$ 30,00	R\$ 154.980,00

## 13- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1- As dotações orçamentárias por onde correrá a despesa são:

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa de trabalho	Natureza da despesa	Ficha	Fonte
1040.10.301.40012.032	339030.00	71	1.500
1040.10.301.40012.032	339030.00	72	150100
1040.10.301.40012.032	339030.00	73	16007
1040.10.301.40012.032	339030.00	74	162100
1040.10.301.40012.032	339030.00	78	170400
1040.10.301.40012.032	339030.00	79	170500
1040.10.1032.40032.034	339030.00	192	150000
1040.10.1032.40032.034	339030.00	193	150100
1040.10.1032.40032.034	339030.00	194	160004

Proc: Fls:

Func.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

1040.10.1032.40032.034	339030.00	195	160005
1040.10.1032.40032.034	339030.00	198	163500
1040.10.1032.40032.034	339030.00	199	170400
1040.10.1032.40032.034	339030.00	200	170500

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**

Programa de trabalho	Natureza da Despesa	Ficha	Fonte
10053.2369553082.321	339032	848	170400
100.53.2312253002.313	339039	824	170400

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Programa de trabalho	Natureza da Despesa	Ficha/Fonte
10030.1212230002.011	33.90.30	206 / 150000

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CERTAMES E LAZER**

Programa de trabalho	Natureza da Despesa	Ficha	Fonte
10054.2712254002.311	33903200	879	170400

**SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

Programa de trabalho	Natureza da Despesa	Ficha	Fonte
10045.2612245022.038	33903999000	00640	175000

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Programa de trabalho	Natureza da Despesa	Ficha/Fonte
10035.1512235012.026	339030	493/ 150100
10035.1512235012.027	339030	494/ 170400
10035.1512235012.028	339030	495/ 170500

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10035.1512235012.029	339030	496/ 175000

### 14- DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1- O foro competente para dirimir as dúvidas a respeito da presente licitação será o da Comarca de Cantagalo, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja;

14.2- As quantidades das refeições, objetos do presente Termo de Referência, são estimadas, não sendo obrigatório adquirir suas totalidades, fazendo de acordo com o desenvolvimento das atividades;

### 18 – ANEXO (S) TERMO DE REFERÊNCIA

18.1- O ANEXO 1 deste Termo de Referência demonstra o quantitativo de refeições, local de entrega e período da solicitação dos serviços de cada secretaria.

Cantagalo, 24 de fevereiro de 2026.

Josiane Roberta Rego Botelho  
Coordenação da Atenção Primária

### ANEXO 1

SECRETARIA : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proc: Fls:

Func.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

SETOR / LOCAL	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL FORNECIMENTO	QTD DISTRITOS	QTD SEDE
ATENÇÃO PRIMÁRIA (SEDE E DISTRITOS)	ENFERMEIROS / TÉCNICOS DE ENFERMAGEM / AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	CAMPANHAS DE VACINAÇÃO	ABRIL A JUNHO	75	60
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (SEDE E DISTRITOS)	AGENTES DE ENDEMIAS	VACINAÇÃO ANTIRRÁBICA	AGOSTO / SETEMBRO	300	200
ATENÇÃO PRIMÁRIA (DISTRITOS)	MOTORISTAS	PLANTÕES NAS UNIDADES DE SAÚDE	JANEIRO / DEZEMBRO	2.976	0
FARMÁCIA (4º DISTRITO - PARAÍBA)	FUNCIONÁRIOS DO SETOR	FARMÁCIA ITINERANTE	JANEIRO / DEZEMBRO	96	0
TOTAL				3.447	260
TOTAL GERAL: 3.707 UNIDADES					

**SECRETARIA: CULTURA E TURISMO**

LOCAL	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL FORNECIMENTO	QUANT
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	FESTAS DE PADROEIROS (AS)	MAIO	48
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	CARNAVAL	FEVEREIRO	120
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	FESTA DOS CARECAS	JUNHO	36
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	GALO BIER FEST	AGOSTO	36
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	ANIVERSÁRIO DA CIDADE	OUTUBRO	96
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	ENCONTRO DE BANDAS	AGOSTO / SETEMBRO	300
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	EQUIPE DE MONTAGEM DE TABLADOS	FEVEREIRO / MAIO / JUNHO / AGOSTO / SETEMBRO / OUTUBRO	96
TOTAL				732

**SECRETARIA : EDUCAÇÃO**

LOCAL	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL	QUANT
-------	--------------	---------------	---------------------	-------

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

			FORNECIMENTO	
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	ARRAIAL DA EDUCAÇÃO	JULHO	40
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	DESFILE CÍVICO	SETEMBRO	12
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	FLICAN	SETEMBRO	20
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	EVENTO CEDERJ	FEVEREIRO / ABRIL / JULHO / SETEMBRO	80
TOTAL				152

### SECRETARIA : ESPORTES, CERTAMES E LAZER

LOCAL	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL FORNECIMENTO	QUANT
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	COPA VERÃO DE FUTEBOL BASE	JANEIRO	10
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	CAMPEONATOS DE JIU-JITSU	MARÇO E SETEMBRO	60
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	CAMPEONATO E ENCONTRO DE CAPOEIRA	ABRIL	20
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	COPA SERRANA DE FUTEBOL BASE	JULHO	20
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	JOGOS ESTUDANTIS - JEEC	JULHO / AGOSTO	70
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	TORNEIOS DE VÔLEI, MASULINO E FEMININO	MAIO / AGOSTO / OUTUBRO	20
TOTAL				200

### SECRETARIA VIAÇÃO E TRANSPORTE

LOCAL / DIA DA SEMANA	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL FORNECIMENTO	QUANT
1º DISTRITO - SEDE SÁBADO	SERVIDORES DA SECRETARIA	SITUAÇÕES EMERGENCIAIS	JANEIRO A DEZEMBRO	100
1º DISTRITO - SEDE DOMINGO	SERVIDORES DA SECRETARIA	SITUAÇÕES EMERGENCIAIS	JANEIRO A DEZEMBRO	100
1º DISTRITO - SEDE FERIADO	SERVIDORES DA SECRETARIA	SITUAÇÕES EMERGENCIAIS	JANEIRO A DEZEMBRO	50
TOTAL				250

### 5.2.6- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

LOCAL	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL	QUANT
-------	--------------	---------------	---------------------	-------

Proc: Fls:

Func.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

			FORNECIMENTO	
1º DISTRITO - SEDE	SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. (final de semana e feriados)	JANEIRO A DEZEMBRO	25
2º DISTRITO - SANTA RITA DA FLORESTA	SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. (final de semana e feriados)	JANEIRO A DEZEMBRO	25
3º DISTRITO - EUCLIDELANDIA	SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. (final de semana e feriados)	JANEIRO A DEZEMBRO	25
4º DISTRITO - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍBA	SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. (final de semana e feriados)	JANEIRO A DEZEMBRO	25
5º DISTRITO - BOA SORTE	SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. (final de semana e feriados)	JANEIRO A DEZEMBRO	25
TOTAL:				125

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR FORNECIMENTO DE PRATOS COMERCIAIS PRONTOS**

### **1- PROBLEMA A SER RESOLVIDO**

**1.1-** Necessidade de oferecer Pratos Comerciais Prontos tipo Quentinha para servidores da Prefeitura Municipal de Cantagalo - RJ, de diversas secretarias, em situações de plantão, jornadas extraordinárias, eventos institucionais, campanhas de saúde, ações sociais, educativas, culturais, esportivas e emergenciais, considerando que tais atividades frequentemente exigem dedicação integral dos profissionais envolvidos, muitas vezes em locais distantes ou sem possibilidade de deslocamento para realização das refeições em tempo hábil.

### **2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1- A presente contratação visa atender à necessidade contínua de fornecimento de Pratos Comerciais Prontos (tipo quentinha) para servidores públicos municipais de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Cantagalo/RJ, que desempenham suas funções em regime de plantão, jornadas extraordinárias ou em ações específicas definidas por políticas públicas e diretrizes do Ministério da Saúde e demais órgãos oficiais.

Internamente, a medida favorece a gestão organizacional, contribuindo para o engajamento e valorização dos profissionais envolvidos, garantindo condições dignas de alimentação aos servidores durante o exercício de suas atividades, especialmente quando não há viabilidade de retorno ao domicílio ou tempo hábil para alimentação em estabelecimentos particulares.

Externamente, a contratação atende ao interesse público, garantindo que a população seja assistida de forma contínua e adequada, especialmente em ações estratégicas, como campanhas de saúde, atividades pedagógicas, eventos cívicos, campanhas sociais e humanitárias e manutenção de serviços essenciais.

2.2- O Fundo Municipal de Saúde possui em seu quadro de servidores, profissionais que atuam em regime de plantão, bem como realiza diversos eventos extraordinários como Campanhas de Vacinação e Ações de Promoção da Saúde, que requerem a eventual disponibilização de alimentação para os envolvidos, de modo que se faz necessária a aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas) para os referidos fins;

2.3- Para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas) torna-se necessária, para atender servidores e colaboradores que atuam diretamente na organização e execução de eventos promovidos pela mesma, tais como Festa dos Padroeiros, Carnaval, Festa dos Carecas, Galo Bier Fest, Aniversário da

Cidade, Encontro das Bandas e também para Equipe de montagem de Tablados, e eventuais convidados. Desta forma, tal aquisição irá garantir o adequado suporte nutricional aos servidores envolvidos.

2.4- Para a Secretaria Municipal de Educação, a disponibilização de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas) se faz necessária para atender servidores e colaboradores que atuam diretamente na organização e execução de eventos promovidos pela mesma, tais como : Arraial da Educação, Desfile Cívico, FLICAN e demais atividades culturais e pedagógicas. Ressalta-se que esses profissionais permanecem longos períodos em dedicação contínua, muitas vezes sem possibilidade de se ausentar do local de trabalho para realizar suas refeições, sendo essencial garantir condições adequadas de alimentação para a manutenção de sua saúde, bem-estar e desempenho das atividades.

Da mesma forma justifica - se o fornecimento de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas) para Palestrantes, formadores e visitantes que se deslocam de outros municípios para participarem de eventos, cursos, capacitações e palestras organizadas pela Secretaria Municipal de Educação e CEDERJ. Essa medida assegura acolhimento da programação, reforçando o compromisso da gestão com a qualidade dos serviços oferecidos e com o fortalecimento das ações educativas e culturais realizadas em benefício da comunidade.

2.5 - Para a Secretaria Municipal de Esportes, Certames e Lazer, a disponibilização de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas) mostra-se necessária para atender árbitros, equipe de apoio e demais funcionários durante a realização dos eventos esportivos promovidos pela mesma ao longo do ano. Tais eventos exigem longos períodos de permanência nos locais de realização, impossibilitando o deslocamento dos profissionais para realizar suas refeições em outros ambientes. Dessa forma, a oferta de alimentação adequada visa assegurar o bem-estar dos envolvidos e garantir o pleno desempenho de suas atividades.

2.6 - Para a Secretaria Municipal de Viação e Transportes, a contratação do serviço seria necessária para atender as demandas operacionais da mesma, especialmente em situações emergenciais ou que exijam mobilização rápida de pessoal ou em caso de falha mecânica ou pane nos veículos oficiais. Além disso, o serviço será fundamental para a organização e execução de eventos, conforme escalas previamente definidas e divisão de equipes por turnos ou áreas de atuação.

2.7- Para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos , a aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas) destina-se ao atendimento dos servidores que atuam em serviços externos e contínuos, de interesse público, tais como manutenção viária, limpeza urbana, pequenos reparos em bens públicos e demais atividades essenciais ao bom funcionamento da cidade , do 1º ao 5º distrito de Cantagalo-RJ.

O fornecimento das refeições justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores, evitando o deslocamento durante a jornada para realização de suas refeições, garantindo, assim, maior produtividade, eficiência e continuidade dos serviços. Além disso, a disponibilização das quentinhas cumpre a função de preservação da saúde, bem-estar e dignidade dos trabalhadores, em consonância com os princípios da administração pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal, notadamente o princípio da eficiência.

### **3- PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL E/OU NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ( PPA - LDO- LOA)**

3.1- Essa contratação está alinhada com o PCA.

3.2- Está prevista na Dotação orçamentária.

### **4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1- Os pratos fornecidos deverão ser completos, prontos para o consumo, contendo porção de proteína animal, carboidrato e acompanhamento (legumes, verduras ou saladas), garantindo valor nutricional mínimo adequado para uma refeição principal (almoço ou jantar);

4.2- Os Pratos Comerciais Prontos deverão ser servidos quentes e acondicionados em embalagens térmicas descartáveis, seladas e individuais, prontas para consumo imediato.

4.3- Os alimentos devem ser preparados em estabelecimentos que cumpram integralmente as normas da Vigilância Sanitária do Município, com registro e alvará sanitário atualizado.

4.4- A entrega deverá ser feita no local designado , conforme cronograma definido previamente por cada Secretaria solicitante, que poderão ocorrer em diversos pontos do Município, incluindo áreas urbanas, rurais e de difícil acesso;

### **5- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

5.1- A estimativa das quantidades para contratação foram estimadas em 5.166 (Cinco mil, cento e sessenta e seis) Pratos Comerciais Prontos, baseadas em Memórias de Cálculo de anos anteriores, com suas devidas alterações;

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QTD. 1º DISTRITO - SEDE	QTD. 04 DISTRITOS - ZONA RURAL	QTD TOTAL
------	-----------	--------	-----	-------------------------------	--------------------------------------	--------------

01	PRATO COMERCIAL PRONTO (QUENTINHA)	Grupo 632 Serv.3697	UND	1.619	3.547	5.166
----	------------------------------------	---------------------	-----	-------	-------	-------

## 5.2-QUANTITATIVO POR SECRETARIA

SETOR / LOCAL	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL FORNECIMENTO	QUANT
ATENÇÃO PRIMÁRIA (SEDE E DISTRITOS)	ENFERMEIROS / TÉCNICOS DE ENFERMAGEM / AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	CAMPANHAS DE VACINAÇÃO	ABRIL A JUNHO	135
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (SEDE E DISTRITOS)	AGENTES DE ENDEMIAS	CAMPANHA DENGUE	JANEIRO A ABRIL	250
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (SEDE E DISTRITOS)	AGENTES DE ENDEMIAS	VACINAÇÃO ANTIRRÁBICA	AGOSTO / SETEMBRO	250
ATENÇÃO PRIMÁRIA (DISTRITOS)	MOTORISTAS	PLANTÕES NAS UNIDADES DE SAÚDE	JANEIRO / DEZEMBRO	2.976
FARMÁCIA (4º DISTRITO - PARAÍBA)	FUNCIONÁRIOS DO SETOR	FARMÁCIA ITINERANTE	JANEIRO / DEZEMBRO	96
TOTAL				3.707

### 5.2.1- SECRETARIA : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### 5.2.2- SECRETARIA : CULTURA E TURISMO

SETOR	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL FORNECIMENTO	QUANT
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	FESTAS DE PADROEIROS (AS)	MAIO	48
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	CARNAVAL	FEVEREIRO	120
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	FESTA DOS CARECAS	JUNHO	36
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	GALO BIER FEST	AGOSTO	36
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	ANIVERSÁRIO DA CIDADE	OUTUBRO	96
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	ENCONTRO DE BANDAS	AGOSTO / SETEMBRO	300
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	EQUIPE DE MONTAGEM DE TABLADOS	FEVEREIRO / MAIO / JUNHO / AGOSTO / SETEMBRO / OUTUBRO	96
TOTAL				732

### 5.2.3- SECRETARIA : EDUCAÇÃO

LOCAL	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL FORNECIMENTO	QUANT
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	ARRAIAL DA EDUCAÇÃO	JULHO	40
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	DESFILÉ CÍVICO	SETEMBRO	12
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	FLICAN	SETEMBRO	20
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	EVENTO CEDERJ	FEVEREIRO / ABRIL / JULHO / SETEMBRO	80
TOTAL				152

### 5.2.4- SECRETARIA : ESPORTES, CERTAMES E LAZER

LOCAL	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL FORNECIMENTO	QUANT
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	COPA VERÃO DE FUTEBOL BASE	JANEIRO	10
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	CAMPEONATOS DE JIU-JITSU	MARÇO E SETEMBRO	60
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	CAMPEONATO E ENCONTRO DE CAPOEIRA	ABRIL	20
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	COPA SERRANA DE FUTEBOL BASE	JULHO	20
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	JOGOS ESTUDANTIS - JEEC	JULHO / AGOSTO	70
1º DISTRITO (SEDE)	SERVIDORES DA SECRETARIA	TORNEIOS DE VÔLEI, MASULINO E FEMININO	MAIO / AGOSTO / OUTUBRO	20
TOTAL				200

### 5.2.5- SECRETARIA : VIAÇÃO E TRANSPORTE

LOCAL / DIA DA SEMANA	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL FORNECIMENTO	QUANT
1º DISTRITO - SEDE SÁBADO	SERVIDORES DA SECRETARIA	SITUAÇÕES EMERGENCIAIS	JANEIRO A DEZEMBRO	100
1º DISTRITO - SEDE DOMINGO	SERVIDORES DA SECRETARIA	SITUAÇÕES EMERGENCIAIS	JANEIRO A DEZEMBRO	100
1º DISTRITO - SEDE FERIADO	SERVIDORES DA SECRETARIA	SITUAÇÕES EMERGENCIAIS	JANEIRO A DEZEMBRO	50
TOTAL				250

## 5.2.6- SECRETARIA : OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

LOCAL	PÚBLICO ALVO	JUSTIFICATIVA	PERÍODO DO POSSÍVEL FORNECIMENTO	QUANT
1º DISTRITO - SEDE	SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. (final de semana e feriados)	JANEIRO A DEZEMBRO	25
2º DISTRITO - SANTA RITA DA FLORESTA	SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. (final de semana e feriados)	JANEIRO A DEZEMBRO	25
3º DISTRITO - EUCLIDELANDIA	SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. (final de semana e feriados)	JANEIRO A DEZEMBRO	25
4º DISTRITO - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍBA	SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. (final de semana e feriados)	JANEIRO A DEZEMBRO	25
5º DISTRITO - BOA SORTE	SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS. (final de semana e feriados)	JANEIRO A DEZEMBRO	25
TOTAL:				125

## 6- LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1- Como parte do presente Estudo Técnico Preliminar, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas possíveis para o fornecimento de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas), aos servidores públicos municipais que atuam em diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Cantagalo - RJ;

6.2- Durante o levantamento, foram consideradas 02 (duas) possíveis soluções:

6.2.1- Produção interna das refeições;

6.2.2- Aquisição de pratos comerciais prontos.

6.3- A opção de preparo interno foi descartada por inviabilidade técnica, logística e orçamentária. A administração municipal não dispõe de estrutura física adequada, equipe especializada e equipamentos industriais de cozinha, para a produção das refeições, assim como veículos com capacidade operacional para entrega de refeições em tempo hábil e em múltiplos pontos do município.

Essa alternativa também apresenta baixo nível de flexibilidade, especialmente para atendimento emergencial ou fora do expediente.

6.4- A aquisição de pratos comerciais prontos através de empresas especializadas no fornecimento de alimentação garante praticidade e agilidade no fornecimento, com

entregas em diversos locais do Município, inclusive aos finais de semana, feriados e turnos noturnos, possibilidade de atendimento em situações planejadas ou emergenciais e economia de escala, uma vez que são evitados os desperdícios e reduzidos os custos de preparo, armazenamento e de pessoal.

## **6.5- CONCLUSÃO**

6.5.1- Com base no levantamento de mercado e na análise comparativa das alternativas possíveis, conclui-se que a aquisição de pratos comerciais prontos é a única solução tecnicamente viável, eficiente e compatível com o interesse público, garantindo a alimentação adequada dos servidores públicos em serviço extraordinário, sem comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

## **7- ESTIMATIVA O VALOR DA CONTRATAÇÃO**

7.1- O custo estimado da contratação é de R\$154.980,00 (Cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e oitenta reais ), de acordo com pesquisa realizada no Banco de Preços.

## **8- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

8.1- Trata-se da aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas) para os Servidores Municipais que atuam em regime de plantão e outros eventos extraordinários das Secretarias de Saúde; Cultura e Turismo; Educação; Esportes, Certames e Lazer; Secretaria de Viação e Transportes e Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

8.2- A metodologia para a elaboração da estimativa do quantitativo, foi a memória de cálculo, baseada no consumo do ano anterior.

8.3- O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, no procedimento auxiliar de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.3.1- Considerando a natureza da demanda, sua intermitência e variação quantitativa, visto que as refeições serão requeridas tanto de maneira planejada, como emergencialmente, em locais e horários diversos, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) se apresenta como a modalidade mais vantajosa para a Administração Pública.

8.4- A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes.

8.5- Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/ AGRUPAMENTO DE ITENS**

9.1- Os serviços foram separados em grupos, devido ao fato de que, o Município possui 05 ( cinco) Distritos ( incluindo a Sede do Município) e houve a necessidade de destacar a distância entre 04 deles e a Sede , para fins de orçamento de preços.

9.2- Porém, a solução como um todo não será fracionada, por se tratar da aquisição de apenas 1 (um) tipo de objeto, que deverá ser realizado por apenas uma empresa de forma GLOBAL.

## **10- RESULTADOS PRETENDIDOS**

10.1- A aquisição deste objeto para a Secretaria de Saúde , no que diz respeito a recursos humanos, é essencial para o suporte do profissional plantonista 24 horas, para que ele não precise se ausentar da Unidade de Saúde, primando pelo atendimento imediato aos usuários em casos de emergência. No caso das Campanhas e Ações, quando estas acontecem durante todo o dia, tanto na Sede do Município quanto nos Distritos, é importante que os profissionais possam estar presentes o maior tempo possível participando dos eventos, promovendo um perfeito atendimento aos munícipes, oferecendo orientações e informações importantes, para a melhoria da saúde e da qualidade de vida.

No caso das demais secretarias participantes do Certame, essa medida assegura acolhimento da programação, reforçando o compromisso da gestão com a qualidade dos serviços oferecidos e com o fortalecimento das ações sociais, educativas, esportivas e culturais realizadas em benefício da comunidade, bem como a manutenção de estradas, situações emergenciais ou que exijam mobilização rápida de pessoal.

Do ponto de vista da economicidade e recursos financeiros, almeja-se a redução do custo médio das refeições através da competitividade, diminuição de desperdícios, previsibilidade orçamentária e execução financeira eficiente.

## **11- PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

11.1- Considera-se que, para a presente contratação, não se faz necessária a adoção de providências prévias, uma vez que não foram identificados requisitos, condições específicas ou medidas preparatórias que demandem execução antes da formalização do processo.

## **12- CONTRATAÇÕES CORRELATAS/ INTERDEPENDENTES**

12.1- Para a presente demanda, não se identifica a necessidade de contratações correlatas, uma vez que o objeto em questão é autônomo e suficiente em si mesmo, não dependendo de aquisições ou serviços complementares para a sua plena execução.

### **13- IMPACTOS AMBIENTAIS**

13.1- A contratação de refeições prontas gera impactos socioambientais positivos e negativos, que devem ser observados e mitigados, visando à promoção do desenvolvimento sustentável, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021 (art. 11, inc. IV).

#### **13.2- IMPACTOS POSITIVOS**

- Economia de energia : eliminação de cozinhas industriais em várias unidades administrativas;
- Redução do consumo de água: eliminação de lavagem de utensílios e limpeza de cozinha em várias unidades;
- Redução de desperdício : o planejamento adequado das quantidades evita sobras;
- Fortalecimento da economia local : maior possibilidade de contratação de empresas situadas no Município e entorno, de acordo com a logística de entrega das refeições;
- Padronização nutricional : garantia de refeições balanceadas;
- Equidade alimentar : garantia de alimentação adequada para todos os servidores.

#### **13.3- IMPACTOS NEGATIVOS**

- Geração de resíduos sólidos: embalagens descartáveis e restos de alimentos devem ter destinação adequada, evitando riscos de contaminação do solo e cursos d'água, além de controlar o volume de resíduos nos aterros.

#### **13.4- MEDIDAS MITIGADORAS**

- Gestão de resíduos : elaboração de um plano de segregação e destinação adequados, dos resíduos sólidos gerados;
- Educação ambiental: sensibilização dos usuários quanto ao descarte correto de embalagens e sobras.

### **14- VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO- Art. 7º , inciso XIII da IN 40/2020 e inciso XIII do § 1º do Art. 18 do PL 4253/2020**

14.1- O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida.

Cantagalo, 24 de fevereiro de 2026.

Josiane Roberta Rego Botelho  
Coordenação da Atenção Primária

## MEMÓRIA DE CÁLCULO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**TOTAL DE REFEIÇÕES SOLICITADAS PARA 2024/2025 - TOTAL : 5.792 (Cinco mil, setecentos e noventa e duas unidades)**

**TOTAL DE REFEIÇÕES SOLICITADAS PARA 2026: 3.707 ( Três mil, setecentos e sete unidades)**

DISTRITOS - CANTAGALO					
MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA USO DE VALES-REFEIÇÃO DISTRITOS NO PERÍODO DE 12 meses - 2026					
Motivo	PARAÍBA/ BNH	FLORESTA	BOA SORTE	EUCLID.	TOTAL
Plantão com 2 ref./dia/ motorista (31 dias)	744	744	744	744	2.976
Farmácia Itinerante (2 por semana)	96	0	0	0	96
Campanhas vacinação (GRIPE)	30	15	15	15	75
Vacinação antirrábica/Dengue (ano todo)	120	60	60	60	300
<b>Total</b>	<b>990</b>	<b>819</b>	<b>819</b>	<b>819</b>	<b>3447</b>
<b>TOTAL GERAL DISTRITOS - 3.447 unidades</b>					

UNIDADES - SEDE DO MUNICÍPIO 2026					
Motivo	EF SÃO JOSÉ	ESF SANTO ANTÔNIO	ESF DJALMA DANTAS	ESF JOÃO NICOLAU GUZZO	Subtotal
Campanhas Vacinação (GRIPE)	15	15	15	15	60
Vacinação antirrábica/Dengue (ano todo)	50	50	50	50	200
<b>TOTAL GERAL SEDE - 260 unidades</b>					

### MEMÓRIA DE CÁLCULO - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

QUANTIDADE DE REFEIÇÕES SOLICITADAS PARA 12 MESES 2026			
LOCAL	TOTAL REFEIÇÕES ADQUIRIDAS EM 06 MESES (2025)	ESTIMATIVA PARA 12 MESES	TOTAL SOLICITADO PARA 2026 (12 MESES)
1º DISTRITO DE CANTAGALO (SEDE)	445	890	732

### MEMÓRIA DE CÁLCULO- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANTAGALO

É IMPORTANTE OBSERVAR QUE O QUANTITATIVO ADQUIRIDO PARA O ANO DE 2025 FOI INSUFICIENTE, SENDO NECESSÁRIO UM ACRÉSCIMO DE 27 %, PARA O ADEQUADO ATENDIMENTO DA DEMANDA EM 2026.

QUANTIDADE DE REFEIÇÕES SOLICITADAS PARA 12 MESES ( 2026 )			
LOCAL	TOTAL REFEIÇÕES EM 2025	SALDO EM AGOSTO DE 2025	TOTAL COM MARGEM DE SEGURANÇA DE 27% PARA 2026
1º DISTRITO DE CANTAGALO (SEDE)	120 UND	100 UND	152 UND

### MEMÓRIA DE CÁLCULO- SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CERTAMES E LAZER DE CANTAGALO

QUANTIDADE DE REFEIÇÕES EM 12 MESES ( 2024)					
LOCAL	EVENTOS REALIZADOS EM 2024	NÚMERO DE REFEIÇÕES EM 2024	TOTAL DE REFEIÇÕES EM 2024 (03 EVENTOS)	NÚMERO DE EVENTOS PROGRAMADOS PARA 2026	TOTAL ESTIMADO PARA 2026 ( 06 EVENTOS)
1º DISTRITO DE CANTAGALO (SEDE)	JEEC	70 ( 23,5% DO TOTAL, EMPENHO 1844/2024)	130	06	200
1º DISTRITO DE CANTAGALO (SEDE)	COPA BRASIL DE JIU-JITSU	30			

1º DISTRITO DE CANTAGALO (SEDE)	COPA OUTONO DE VOLEIBOL	30			
---------------------------------	-------------------------	----	--	--	--

OBS: É importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Esportes foi recentemente **desmembrada da Secretaria de Turismo no exercício de 2025**, motivo pelo qual não dispõe de empenhos próprios, referentes ao consumo de refeições prontas no ano de 2024 e 2025, para a comprovação do quantitativo. Desta forma, o quantitativo de quentinhas destinadas às programações esportivas, demonstrados através de empenho, encontram-se registrados no escopo da Secretaria de Turismo.

Será adotada como metodologia de cálculo, quando o empenho for único, a apuração em percentual das refeições adquiridas pela antiga Secretaria de Turismo, correspondentes às demandas esportivas efetivamente realizadas.

Esse critério de proporcionalidade assegura maior fidedignidade à previsão de consumo, alinhando-se ao histórico de programações esportivas executadas, além daquelas previstas para 2026 e garante maior precisão no planejamento da presente contratação.

### **MEMÓRIA DE CÁLCULO - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES DE CANTAGALO**

DIANTE DO FATO DE QUE A REFERIDA SECRETARIA NÃO TEM EM SEU HISTÓRICO, A CONTRATAÇÃO DO OBJETO EM QUESTÃO, A ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO FOI DEFINIDA ATRAVÉS DE POSSÍVEIS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS QUE PODERÃO OCORRER NOS FINAIS DE SEMANA E FERIADOS, SENDO NECESSÁRIO ACIONAR OS SERVIDORES PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO, QUE SERÁ FEITO DE ACORDO COM ESCALA;

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE REFEIÇÕES PARA 12 MESES ( 2026)					
DIA DA SEMANA	LOCAL	ESTIMATIVA DO Nº DE DIAS	Nº DE REFEIÇÕES / DIA	Nº TOTAL	TOTAL PARA 2026
SÁBADO	1º DISTRITO DE CANTAGALO (SEDE)	05	20	100	250
DOMINGO	1º DISTRITO DE CANTAGALO (SEDE)	05	20	100	
FERIADO	1º DISTRITO DE CANTAGALO (SEDE)	05	10	50	

**MEMÓRIA DE CÁLCULO - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

QUANTIDADE DE REFEIÇÕES SOLICITADAS PARA 12 MESES 2026		
LOCAL	TOTAL REFEIÇÕES ADQUIRIDAS EM 2025	TOTAL DE REFEIÇÕES SOLICITADAS PARA 2026 COM MARGEM DE SEGURANÇA DE 25%
SEDE E DISTRITOS	100	125

**Setor de Licitações**

**Anexo II**

Processo Administrativo nº 171/2026

Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

O MUNICÍPIO DE CANTAGALO, pela **<Órgão / Unidade>**, com sede na **<Endereço órgão/unidade>**, neste ato representada pelo(a) **<cargo e nome>**, portador da Identidade Funcional nº **<nº matrícula>**, considerando o resultado da licitação nº **<nº /ano da licitação>**, publicada no **<local publicação>** **<data publicação>** para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº **<nº processo>**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação nº **90029/2026**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 4.131, de 20 de março de 2024, e nos demais normativos municipais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas), destinados aos servidores municipais que atuam nas Secretarias Municipais de Saúde; Cultura e Turismo; Esportes, Certames e Lazer; Educação e Viação e Transportes e Obras e Serviços Públicos, conforme especificado(s) no(s) item(ns) <itens> do Termo de Referência, anexo do **[edital de Licitação nº \_\_\_\_/202\_]** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máxima de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor: <b>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</b>			
	Especificação	U/C	Quantidade	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Saúde.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos/ Unidades Participantes	U/C	Quantidade	Valor Unitário
1	Secretaria Municipais de Saúde			
2	Secretaria Cultura e Turismo			
3	Secretaria Esportes, Certames e Lazer			
4	Secretaria Educação			

**Setor de Licitações**

5	Secretaria de Viação e Transportes			
6	Secretaria de Obras e Serviços Públicos			

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

## Setor de Licitações

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

## Setor de Licitações

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

## Setor de Licitações

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

## Setor de Licitações

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**Setor de Licitações**

**10. DAS PENALIDADES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 21% (vinte um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 16% (dezesesseis por cento) a **20%** (vinte por cento) do valor da contratação.

10.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 16% (dezesesseis por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

10.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

10.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

## Setor de Licitações

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

## Setor de Licitações

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10.15. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.16. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.17. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas.) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

**Setor de Licitações**

**Anexo**

**Cadastro Reserva**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>	
	Especificação	Percentual de Desconto Ofertado
X	XXXXXXXXXX	X%

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>	
	Especificação	Percentual de Desconto Ofertado
X	XXXXXXXXXX	X%

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**)

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de Cantagalo, por meio do Fundo Municipal de Saúde e a empresa <nome da sociedade empresaria contratada>.

Aos dias <dia> do mês de <mês> do ano de <ano>, na <endereço do órgão contratante>, o MUNICÍPIO DE CANTAGALO, por meio do <órgão da Administração Direta>, ou a(o) <entidade da Administração Indireta>, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo <autoridade administrativa competente para firmar o contrato>, e a <nome da sociedade empresaria contratada>, estabelecida na <endereço da sociedade CONTRATADA>, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº <nº CNPJ>, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por <representante da sociedade CONTRATADA>, tendo em vista o que consta no Processo nº **[nº processo]** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº **<nº ata registro de preços>** - Pregão Eletrônico nº 90029/2026, Processo Administrativo nº **<nº processo administrativo>**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas), destinados aos servidores municipais que atuam nas Secretarias Municipais de Saúde; Cultura e Turismo; Esportes, Certames e Lazer; Educação e Viação e Transportes e Obras e Serviços Públicos, que serão fornecidos nas condições estabelecidas no Edital do pregão **<nº pregão>** e na Ata de Registro de Preços nº **<nº ata registro de preços>**:

DESCRIÇÃO	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PRATOS COMERCIAIS PRONTOS (QUENTINHA)	UND	5.166	R\$ 30,00	R\$ 154.980,00

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação
- 1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXXX**

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. O preço contratado compreende todos os custos necessários ao serviço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua correta execução, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à CONTRATADA além do valor ora estipulado;

7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX**

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX**

**9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.**

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. As demais garantias se encontram descritas no item 5 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXX**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.3. Multa:

11.2.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

11.2.3.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.3.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 16% (dezesseis por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

11.2.3.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 16% (dezesseis por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

11.2.3.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.3.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX**

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXX**

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXX**

do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da o foro da Comarca de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Proc: \_\_\_\_\_ Fls: \_\_\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Setor de Licitações

ANEXO IV  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026

À

Prefeitura Municipal de Cantagalo

Ref. Pregão Eletrônico nº 90029/2026.

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas), destinados aos servidores municipais que atuam nas Secretarias Municipais de Saúde; Cultura e Turismo; Esportes, Certames e Lazer; Educação e Viação e Transportes e Obras e Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos

Prezados Senhores

Apresentamos, a seguir, nossa proposta elaborada em conformidade com as especificações contidas no Edital de licitação em referência.

DESCRIÇÃO	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PRATOS COMERCIAIS PRONTOS (QUENTINHA)	UND	5.166		

VALIDADE DA PROPOSTA: ....(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: 1) o valor do produto; 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 3) fretes; 4) seguros; 5) os encargos sociais e trabalhistas incidentes; 6) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

(Local), ..... de ..... de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, assinatura)

Setor de Licitações

ANEXO V  
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

**À Prefeitura Municipal de Cantagalo**

**Concorrência Eletrônica:** 90029/2026

**Processo:** 171/2026

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas), destinados aos servidores municipais que atuam nas Secretarias Municipais de Saúde; Cultura e Turismo; Esportes, Certames e Lazer; Educação e Viação e Transportes e Obras e Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (Representante Legal devidamente qualificado) da (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº ....., sediada, (endereço completo), DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

- a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos;
- b) Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Não possui em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- f) Até a presente data não possui fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, pela administração, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a

Proc: \_\_\_\_\_ Fls: \_\_\_\_\_

Ass: \_\_\_\_\_

**Setor de Licitações**

Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- g) Tem ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.
- h) Teve acesso a todos os documentos que compõem o Edital e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o execução da obra, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Concorrência, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

(representante legal).

Setor de Licitações

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIADA PELA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

**À Prefeitura Municipal de Cantagalo**

**Concorrência Eletrônica:** 90029/2026

**Processo:** 171/2026

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pratos Comerciais Prontos (quentinhas), destinados aos servidores municipais que atuam nas Secretarias Municipais de Saúde; Cultura e Turismo; Esportes, Certames e Lazer; Educação e Viação e Transportes e Obras e Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A empresa xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)xxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx do CPF nº xxxxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021 .

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

(representante legal).

Setor de licitações

**ANEXO VII**

**Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

***(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)***

**1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo VIII).

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

**3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Ata de Registro de Preços;

3.1.7 Cientificar a Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

## Setor de licitações

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

3.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. Executar o objeto da contratação obedecendo às especificações constantes deste instrumento substitutivo ao contrato, da Ata de Registro de Preços nº...../2026, Edital de Pregão nº 900xx/26 e seus Anexos que o precederam e que o integram, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.7 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

### Setor de licitações

- 4.1.8 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.9 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.10 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.15 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.16 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.18 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.19 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## 5. DOS CASOS OMISSOS

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

## **Setor de licitações**

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Setor de licitações**

**8. FORO**

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cantagalo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



Setor de licitações

**ANEXO VIII**  
**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital e Anexos, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços a que se refere o Pregão Eletrônico nº 90029/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .